



Solidaridad

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL DO PARÁ

ENGAJAMENTO DE FAMÍLIAS PRODUTORAS

APOIO:



PARCERIA:



BEZOS
EARTH
FUND

Diretor de País

Rodrigo Castro

Gerente de Programas

Paulo Lima

**Gerente de Impacto,
Aprendizagem e Comunicação**

Luiz Fernando Campos

Coordenador de Projetos

Leonardo Dutra

Coordenador de Campo

Pedro Santos

**Coordenadora de
Geoprocessamento**

Karine Costa

Coordenadora de PMEL

Mariana Alves

**Pecuária Sustentável do Pará:
Engajamento de Famílias Produtoras****Autores**

Karine Costa

Mariana Alves

Mariana Pereira

Paulo Lima

Revisão

Luiz Fernando Campos

Marina Jarouche Aun

Fotos

Fundação Solidaridad

**Projeto gráfico, design editorial e edição de
texto**

OHN Coletivo de Comunicadores

Agosto de 2026

Copyright© Fundação Solidaridad

Todos os direitos reservados.

Sumário

04

Contexto
e justificativa

06

Objetivos

07

Capítulo 1

Engajamento

08

Metodologia
de trabalho

09

Mapeamento
das famílias elegíveis

12

Estratégia
de engajamento

21

Resultados
da estratégia
de engajamento

32

Capítulo 2

Estudo de escala

33

Metodologia
de trabalho

39

Resultados

47

Capítulo 3

Como dar escala
ao engajamento?

48

Um esforço
para além da
estrutura de ATER

50

Considerações
finais



Contexto e justificativa



O Pará

Região crítica para o desenvolvimento sustentável da pecuária, enfrentando desafios como o desmatamento ilegal e a exclusão de agricultores familiares da cadeia produtiva formal. Com o objetivo de proporcionar a requalificação de agricultores e sua reinserção no mercado, o estado do Pará criou o Programa Pecuária Sustentável que visa promover a

regularização ambiental e a requalificação comercial de pecuaristas familiares, bem como a identificação individual animal.

O assentamento rural Tuerê

Localizado no município de Novo Repartimento, no estado do Pará, possui importância crescente para a cadeia produtiva da pecuária na região amazônica. Criado no contexto da política

de reforma agrária brasileira, o Tuerê abriga milhares de pequenos agricultores e pecuaristas que desempenham papel fundamental na produção de carne e leite para o mercado regional e o nacional.

A expansão da pecuária no assentamento reflete o avanço desse setor no Pará, que é um dos principais estados produtores de carne bovina do Brasil.

A produção de gado no assentamento Tuerê tem aumentado nos últimos anos, impulsionada pela demanda crescente de carne bovina. Segundo dados mais recentes, o assentamento abriga uma população estimada de mais de 144 mil cabeças de gado. Essa produção é sustentada por técnicas de manejo simples que, embora ainda enfrentem desafios, como a necessidade de modernização e maior eficiência, conseguem manter o assentamento como um ponto relevante no fornecimento de animais para abate na região.

Além da produção de gado adulto, o Tuerê também se destaca na criação de bezerros, atividade crucial para a renovação dos rebanhos e a continuidade da produção pecuária. Estima-se que o assentamento produza cerca de 15 mil bezerros por ano, fornecendo animais tanto para engorda quanto para reprodução. A criação de bezerros é uma atividade central para os pequenos pecuaristas, que dependem dessa produção para manter a viabilidade econômica de suas propriedades e contribuir para o fluxo contínuo da cadeia produtiva da pecuária.

O estudo

Dada a importância do assentamento Tuerê no contexto da produção pecuária paraense, e a atuação histórica da **Fundação Solidaridad** com as famílias assentadas, este estudo, realizado em parceria com o Imaflora e financiado pelo Bezos Earth Fund, teve o objetivo de identificar estratégias eficazes de engajamento dos produtores familiares no assentamento Tuerê, beneficiários do Programa Amazônia da Solidaridad e elegíveis para o processo de requalificação comercial. E da mesma



forma, sugerir ajustes e adequações para se tornar mais atrativo para o público da pecuária de base familiar.

A seguir, apresentamos os objetivos deste estudo bem como sua estrutura geral, dividida em três capítulos.

O primeiro, Engajamento. Esse capítulo detalha o processo de engajamento dos produtores no programa e os principais pontos que devem ser considerados para atrair o maior número

de pecuaristas de base familiar para requalificá-los e reinseri-los no mercado da pecuária sustentável. **O segundo, Estudo de escala,** é um mapeamento do estado do Pará, a partir da análise multicritério, que elege os municípios prioritários para a execução dessa política pública. **O terceiro, Como dar escala ao engajamento?,** apresenta os principais resultados deste estudo bem como recomendações importantes para que seja possível engajar e dar escala a essa política pública.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar as estratégias de engajamento utilizadas no programa piloto para fomentar a adesão de agricultores familiares ao Programa Pecuária Sustentável do Pará e, com base na experiência realizada, refletir sobre a estrutura necessária para o engajamento dos produtores na escala estadual.

Objetivos específicos

Mapear as famílias do assentamento Tuerê e caracterizar os perfis socioeconômicos e ambientais, bem como identificar as áreas de passivos a serem recompostas na perspectiva da requalificação comercial.



01

**DESENVOLVER E IMPLEMENTAR
PEÇAS DE COMUNICAÇÃO
ESPECÍFICAS PARA ENGAJAMENTO**

02

**REALIZAR REUNIÕES COLETIVAS
E INTERAÇÕES INDIVIDUALIZADAS
PARA DISSEMINAR INFORMAÇÕES
E PROMOVER ADEÇÃO**

03

**COMPARAR OS RESULTADOS
DE ADEÇÃO E NÃO ADEÇÃO ENTRE
OS PRODUTORES PARTICIPANTES
DO PROGRAMA ELEGÍVEIS**

04

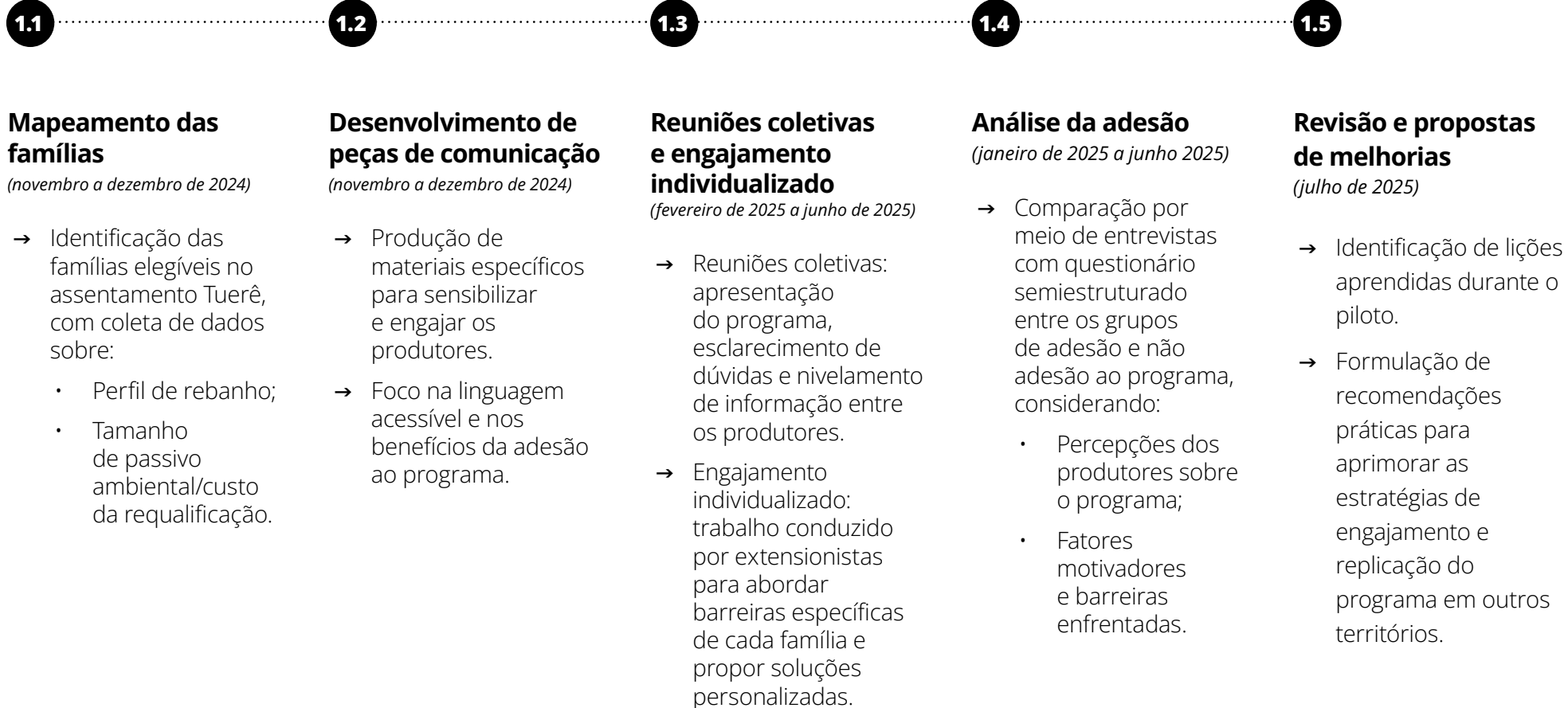
**IDENTIFICAR APRENDIZADOS
PARA APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS
DE ENGAJAMENTO E EXPANDIR
O PROGRAMA PARA
OUTROS TERRITÓRIOS**



CAPÍTULO 1: ENGAJAMENTO

1. Metodologia de trabalho

A pesquisa foi estruturada em etapas sequenciais, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa):



2. Mapeamento das famílias elegíveis

2.1. Análise de elegibilidade

Atualmente, a **Fundação Solidaridad** atua diretamente, mediante seu programa na Amazônia, com **326 famílias** do assentamento Tuerê. Dessas, 227 desenvolvem a atividade pecuária no lote, sendo 198 em situação de não atendimento aos critérios de fornecimento de gado de acordo com o Protocolo Boi na Linha 2.0, enquanto apenas 29 propriedades atendem a esses critérios. Das 198 famílias em desacordo com o Protocolo Boi na Linha 2.0, **143 foram consideradas aptas ao programa de requalificação da pecuária em sua atual fase.**

Análise de elegibilidade	Protocolo Boi na Linha 2.0 (PRODES acumulado)
Famílias beneficiárias da Fundação Solidaridad no assentamento	326
Famílias pecuaristas	227
Famílias em <i>compliance</i> com critérios de fornecimento de gado (elegíveis à comercialização)	29
Famílias em não <i>compliance</i> com critérios de fornecimento de gado (inelegíveis à comercialização)	198
Famílias aptas ao programa de requalificação (fase atual)	143

Tabela 1. Resultados da análise de elegibilidade para o Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses.

2.2. Perfil dos produtores

As famílias que atendem aos critérios do **Protocolo Boi na Linha 2.0** são elegíveis à comercialização direta, enquanto as famílias que não atendem ao protocolo são consideradas inelegíveis à comercialização. As elegíveis serão mapeadas e posteriormente contatadas pelo analista de negócios da **Fundação Solidaridad** para organizar as cargas e vendas diretas.

Aquelas que não atendem aos critérios de comercialização foram classificadas em sete diferentes grupos de perfis, de acordo com o grau de dificuldade para a regularização ambiental e aptidão para a requalificação da pecuária, sendo os grupos de 1 a 4 considerados aptos à requalificação e os grupos de 5 a 7, inaptos.

Para essas famílias, foram estimados os custos para regularização, bem como foram realizados diálogos individuais que aconteceram durante as visitas de assistência técnica, com o objetivo de direcionar as famílias para a regularização ambiental e recondução comercial de acordo com seu perfil.

A classificação das famílias e os critérios adotados são listados a seguir:

a. Elegível à comercialização: atendem ao protocolo Boi na Linha 2.0
b. Inelegível à comercialização: não atendem ao protocolo Boi na Linha 2.0
I. Apto à requalificação¹ (PRODES pós-2008, com pastagem)
Grupo 1: PRODES menor que 30% da propriedade e CAR analisado
Grupo 2: PRODES menor que 30% da propriedade e CAR a analisar e em análise
Grupo 3: PRODES igual ou maior a 30% da propriedade e CAR analisado
Grupo 4: PRODES igual ou maior a 30% da propriedade e CAR a analisar e em análise
II. Inapto à requalificação:
Grupo 5: com PRODES, com CAR e com embargo
Grupo 6: com PRODES, sem CAR e com embargo
Grupo 7: com PRODES, sem CAR (inclui CAR cancelado) e sem embargo

¹ "A requalificação comercial tem por objeto os imóveis rurais que, por critérios de monitoramento e de análises geoespaciais, previstos no Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia do Ministério Público Federal, encontram-se impactos à comercialização da produção". "Regras de acesso: ser produtor de gado (cria, cria ou engorda de bovinos); possuir CAR ativo, aprovado ou pendente; possuir área com desmatamento ilegal maior ou igual a 6,25 hectares do Sistema PRODES Amazônia/INPE)". (Apresentação realizada pela SEMAS/PA na reunião ordinária do Conselho Gestor do Programa de Pecuária do Estado em 11 de abril de 2024).

Para cada um dos perfis de famílias inaptas a comercializar, foram levantados os dados a seguir, a partir de informações prévias de inteligência do Programa Amazônia da **Fundação Solidaridad**.

a. Número de cabeças de gado

b. Número de propriedades

c. Área total das propriedades

Aptidão para requalificação	Grupo	Número de cabeças	Número de propriedades	Área média das propriedades (ha)	Área total das propriedades (ha)	Área média de PRODES pós-2008	Área total de PRODES pós-2008
Apto	G1	427		70,5	1.268,3	10,7	214,4
	G2	846	25	61,4	1.233,8	13,3	346,4
	G3	623	26	64,6	1.679,1	29,2	787,6
	G4	1.546		67,2	4.973,5	34,4	2.549,0
	TOTAL APTO	3.442	143	65,9	9.454,8	21,9	3.897,4
Inapto	G5	495	13	110,6	1.437,4	57,8	751,3
	G6	17	2	47,0	94,0	26,0	52,0
	G7	561	40	44,1	1.762,7	17,5	699,9
	TOTAL INAPTO	3.442	143	65,9	9.454,8	21,9	3.897,4
TOTAL INELEGÍVEL À COMERCIALIZAÇÃO		4.515	198	66,6	12.748,9	26,4	5.400,6
ELEGÍVEL À COMERCIALIZAÇÃO		906	29	48,3	1.401,56	1,2	30,3
TOTAL GERAL		5.421	227	62,3	14.150,5	23,3	5.430,9

Tabela 1. Distribuição dos produtores avaliados segundo critérios de aptidão à requalificação comercial, incluindo indicadores fundiários, rebanho bovino e passivo ambiental associado ao PRODES pós-2008

3. Estratégia de engajamento

3.1. Materiais de comunicação

Foram desenvolvidas peças de comunicação para subsidiar o processo de engajamento dos pecuaristas. Os materiais envolveram *cards* digitais, *folders* impressos e inserções em rádio local.



Figuras 1 e 2. Exemplos de cards digitais veiculados nos grupos de WhatsApp.



Figura 3. Folders impressos para distribuição.

3.2. Mobilização digital

As **peças de comunicação** desenvolvidas pela **Fundação Solidaridad** com o objetivo de disseminar informação sobre o Programa Pecuária Sustentável estão sendo veiculadas desde o início do mês de fevereiro em quatro grupos de WhatsApp gerenciados pela Solidaridad. Nesses grupos, divididos pelo universo de beneficiários atendidos por cada extensionista que atua no assentamento, está inserida a maioria dos produtores beneficiários, totalizando 212 produtores. Como alguns produtores preferem não participar dos grupos de WhatsApp, foram veiculadas **inserções na rádio** local em horário de programas de maior audiência entre os produtores e, adicionalmente, impressos *folders* com informações sobre o Programa e seus benefícios.

A **repercussão** em relação às peças de comunicação foi perceptível em função das discussões geradas nos grupos e relatada pelos extensionistas, que observaram uma alta procura pelos produtores para entenderem mais detalhes sobre o Programa. Todos os extensionistas foram capacitados para fornecer informações detalhadas para os produtores, principalmente em relação aos critérios de elegibilidade para adesão à requalificação



Figura 4. Print de tela da descrição dos grupos de Whatsapp dos produtores beneficiários da Solidaridad no assentamento Tuerê.

e aos benefícios da identificação individual do rebanho. Como **estratégia de engajamento**, a cada 15 dias os *cards* de comunicação são novamente postados nos grupos com o intuito de manter o tema nas discussões dos grupos.

Percepção de impacto dos materiais de comunicação

Acompanhando as **reações dos produtores após as postagens**, foi possível perceber que o tema que mais chama a atenção e gera discussão é o da rastreabilidade individual bovina. Todas as reações negativas continham algum viés político e referências a um possível plano do governo para controlar a vida e o negócio dos produtores visando à cobrança de impostos, indicando um alto grau de politização do tema, com comentários que remetem à polarização política instalada no Brasil nos últimos anos.

Chamou a atenção o discurso de alguns produtores convocando seus colegas a não aderirem à rastreabilidade individual, argumentando que a não adesão seria uma questão de "patriotismo". Em contrapartida também houve produtores que defenderam a rastreabilidade como sendo um caminho inevitável na atividade da pecuária bovina.

Houve um caso emblemático em um dos grupos de WhatsApp em que dois produtores beneficiários iniciaram um ataque sistemático a um dos produtores que havia aderido à rastreabilidade individual e brincado todo o seu rebanho. O assédio foi tamanho que tivemos que intervir e excluir os assediadores do grupo e posteriormente do escopo de ATER da Solidaridad. Nossa mensagem foi clara de que não iríamos tolerar aquele tipo de hostilidade, mas a repercussão continuou no grupo, inclusive com acusações de que a Solidaridad estava aparelhada pelo governo do estado, conforme print ao lado.

As **divergências de entendimento** por parte dos produtores em relação ao Programa após a veiculação das peças de comunicação indicam a necessidade de ações complementares à disseminação das peças de comunicação com o intuito de fornecer informações com maior profundidade e, principalmente, sanar as dúvidas dos produtores.

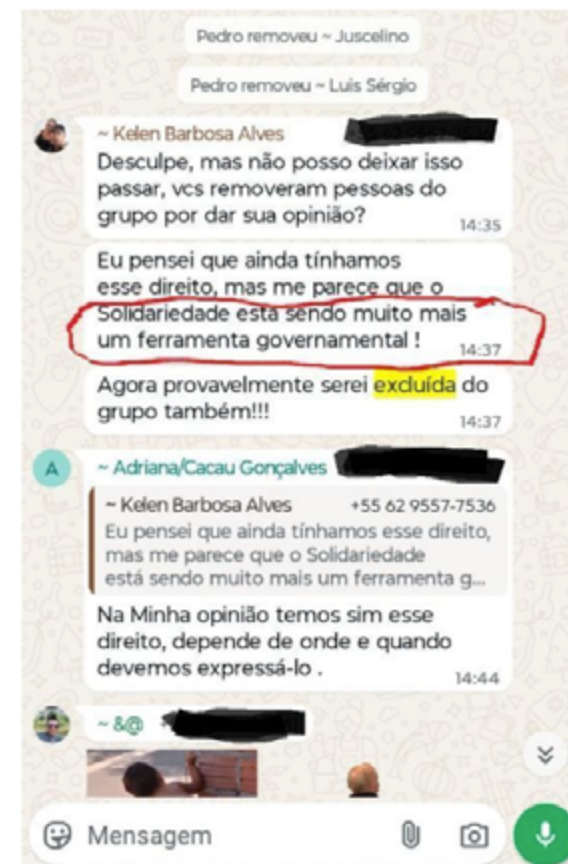


Figura 5. Mensagens WhatsApp

3.3. Encontros coletivos

Foram realizados quatro encontros coletivos em diferentes regiões do assentamento Tuerê. Os encontros aconteceram no mês de maio e foram conduzidos pela equipe da Solidaridad com apoio de especialistas dos Escritórios Verdes. Acompanharam os encontros também as equipes do Fundo JBS pela Amazônia e da JBS, com o objetivo de inserir esses atores na complexidade da temática e demandas dos pecuaristas.

Data	Região do assentamento	Número de participantes
13/05/2025	Vila Maratana	12
13/05/2025	Vila Novo Planalto	6
14/05/2025	Vila Capim	26
14/05/2025	Pista da Ciex	19
TOTAL		63

Os encontros envolveram pecuaristas com perfis distintos, parte somente ouviu as informações, outros trouxeram diversas dúvidas e questionamentos, e alguns tiveram uma postura de maior resistência, desconfiança e desagrado. A seguir estão alguns temas recorrentes que surgiram, bem como trechos de falas dos produtores.

Restauração produtiva das áreas de passivo:

“Tem áreas que não dá pra restaurar com cacau.”

“Precisa de recurso para restaurar.”

“Plantar cacau é muito caro.”

“Tem que ter investimento. O solo é ruim, tem necessidade de irrigação.”

“Existem áreas já restauradas com cacau nas áreas de embargo.”

Localização da área de passivo:

Existe a demanda de recuperar as áreas de passivo em outras áreas da propriedade ou até compensar em outras propriedades.

Passivos muito grandes:

“Se tirar metade da área, não tem como viver.”

“Área de embargo é melhor área produtiva.”

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):

Há demandas por PSA para conservar e restaurar.

“Receber todo mês para preservar a natureza.”

3.4. Políticas públicas:

Existe um **ressentimento** muito grande em relação à mudança de trajetória das **políticas públicas**, uma vez que há um histórico de políticas de desmatamento incentivado pelo Estado. Além disso, a falta de apoio por parte do governo é frequentemente citada.

3.5. Análise econômica:

Para um melhor processo de engajamento e entendimento das condições, há necessidade de **desenvolver cenários econômicos** com fluxo de caixa contemplando a perda de área de pasto, plantio de SAF de cacau e intensificação com pastejo rotacionado.

“Assentado no começo não tinha investimento nem infraestrutura. Criou gado porque era a única alternativa.”

“Não deram recurso para a pessoa sobreviver. Não teve política de conscientização.”

“Estrada foi o madeireiro que fez.”

“O próprio INCRA mandou abrir área, e agora a política muda.”

“Teve muita retomada de terra porque não tinha área aberta.”

“A gente esperava uma anistia do governo (para os passivos).”

“O INCRA tinha política pra desmatar até 2014.”

“O governo força o povo a viver na clandestinidade.”

“Além de pagar (para ter que requalificar), vai ter que perder área produtiva.”

“Vai fazer a coisa correta e dá o pescoço pra força.”

“A regularização fundiária gera embargo ambiental e bloqueio no banco.”



Figura 6. Foto dos encontros coletivos realizados em maio.



Figura 7. Foto dos encontros coletivos realizados em maio.



Figura 8. Foto dos encontros coletivos realizados em maio.

3.6. Engajamento individual

A abordagem individualizada complementar à campanha de comunicação digital teve início no mês de fevereiro. Após o mapeamento dos produtores elegíveis e com maior aderência ao Programa, foram gerados *shapes* de todas as propriedades com as áreas de passivos delimitadas para facilitar a visualização pelo produtor e a argumentação técnica pelo extensionista.

Com o polígono da propriedade em mãos, os produtores podem visualizar onde estão alocadas as áreas de passivos e entender o tamanho real do passivo, informações essenciais para a análise da viabilidade financeira da adesão à requalificação comercial.

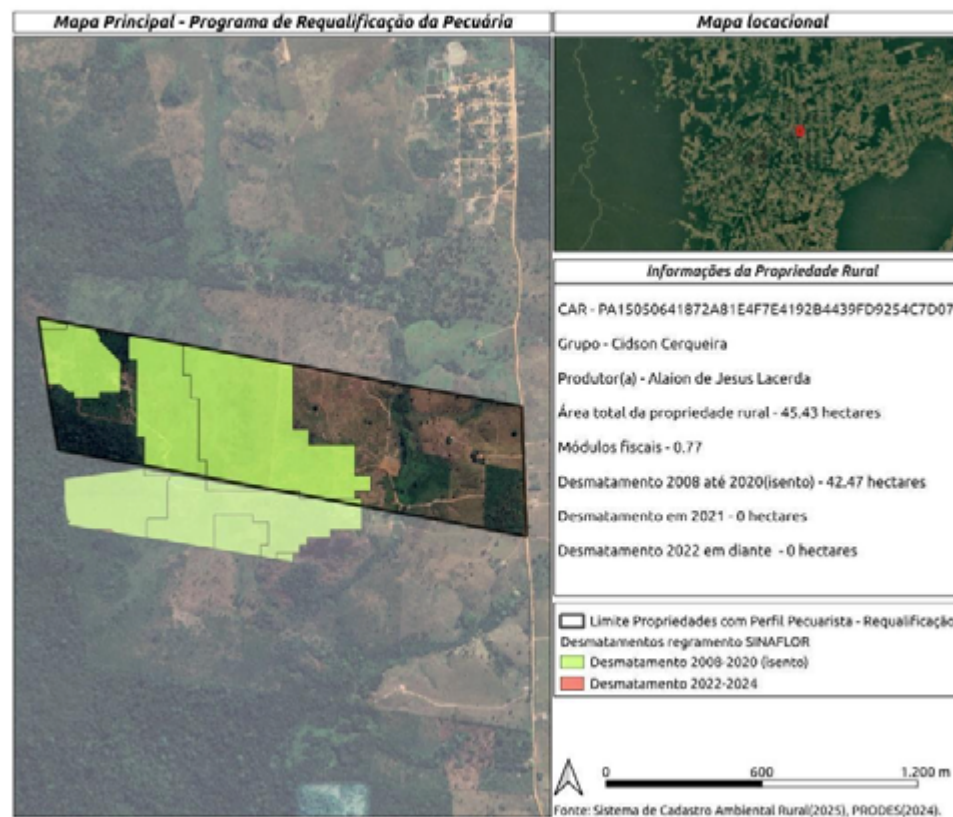


Figura 9. Exemplo de mapa da propriedade com os passivos ambientais a serem isolados e restaurados no processo de requalificação.

Análise individualizada entre extensionista e pecuarista como base para a tomada de decisão

A etapa de análise caso a caso **foi essencial no processo de engajamento** dos pecuaristas familiares. Após o mapeamento das famílias elegíveis, cada produtor foi abordado individualmente pelos extensionistas da equipe técnica da **Fundação Solidaridad** com o objetivo de construir, de forma participativa e informada, a base técnica e econômica para a tomada de decisão sobre a adesão à requalificação comercial.

A **requalificação implica a necessidade de restaurar áreas de passivo ambiental** localizadas dentro dos limites da propriedade. Como essas áreas frequentemente se sobrepõem a porções utilizadas com pastagens, há um impacto direto na disponibilidade de área produtiva. Por isso, tornou-se fundamental oferecer ao produtor uma análise clara da situação da sua propriedade, seus desafios e suas oportunidades, com base em dados objetivos.

Durante as visitas técnicas, os extensionistas apresentaram mapas individualizados das propriedades (Figura 8), com destaque para os polígonos

de passivo ambiental. A **visualização geoespacial** permitiu aos produtores compreenderem com maior clareza a extensão e a localização dos passivos, criando um ponto de partida tangível para o diálogo.

Além disso, foi realizada uma **análise técnico-econômica simplificada**, considerando o número de cabeças de gado, o índice de lotação, o histórico de vendas e os custos estimados de restauração (implantação de cercas, aquisição de mudas e mão de obra). Em muitos casos, discutiu-se a possibilidade de compensar a perda de área de pastagem com melhorias de manejo nas áreas restantes, promovendo uma intensificação sustentável.

A abordagem extensionista foi construída sobre princípios de **escuta ativa, respeito ao conhecimento tradicional do produtor e busca por soluções viáveis dentro do contexto produtivo e financeiro** da família.

Não se tratou de uma imposição técnica, mas da **construção conjunta** de um cenário possível. A inclusão da possibilidade de acesso à venda direta para frigoríficos, como benefício potencial atrelado à regularização, também foi um elemento utilizado.

Em síntese, a análise individualizada permitiu converter um tema complexo — a restauração ambiental obrigatória — em um processo compreensível e tecnicamente embasado para o produtor, com o intuito de dar suporte para uma tomada de decisão mais consciente e alinhada às possibilidades de cada unidade produtiva.

Venda direta: um potencial catalisador da requalificação comercial

Quase a totalidade dos beneficiários da **Fundação Solidaridad** são **fornecedores indiretos da cadeia** da pecuária.

Produzem bezerros que são vendidos para atravessadores que os vendem para fazendas maiores, onde irão finalizar o ciclo produtivo até o abate nos frigoríficos. No entanto, essa atividade gera animais adultos de reposição que são vendidos também para os atravessadores, que, após “esquentarem” esses animais, os vendem ao frigorífico.

A Solidaridad, juntamente com seu parceiro **Fundo JBS pela Amazônia**, vem construindo um arranjo de mercado em que esses produtores, uma vez aptos para o fornecimento para a cadeia, possam comercializar o gado de maneira coletiva diretamente para o frigorífico. As operações realizadas até o momento nos mostram que os produtores estão conseguindo lucrar cerca de 18% a mais quando a venda direta é realizada em detrimento da venda para os atravessadores locais.



A possibilidade de entrada no arranjo, uma vez o produtor apto para o fornecimento para a cadeia da pecuária, vem sendo **utilizada como argumento dos extensionistas nos diálogos de engajamento** com as famílias produtoras.

Nesse caso, o cálculo da adicionalidade da venda direta também embasa a tomada de decisão dos produtores.

4. Resultados da estratégia de engajamento

A estratégia de engajamento **envolveu múltiplas formas de mobilização**. A seguir, está um quadro resumo com a abrangência da abordagem em todos os formatos.

Analisando especificamente o **engajamento individual**, o processo envolveu a realização de visitas individuais em 96 propriedades para adesão ao processo de requalificação.

Até o momento, **apenas seis produtores confirmaram a vontade de participar** do processo de requalificação comercial, e 90 produtores não aderiram ao processo de requalificação.

Dentre **os produtores que negaram** em um primeiro momento a adesão ao processo de requalificação, existem aqueles (17 produtores) que declararam estar **indecisos**, necessitando de esclarecimentos, pensando melhor ou mesmo esperando para ver o desencadeamento da nova política pública na região.

Entendemos que esse grupo ainda não tenha tomado uma decisão definitiva, e o diálogo ainda está aberto com o extensionista.

Número de famílias aptas para requalificação	143
Número de famílias mobilizadas via digital	212
Número de famílias abordadas em encontros coletivos	63
Número de famílias abordadas individualmente	96
Número de famílias que aderiram à requalificação	6

As justificativas observadas para a recusa na adesão ao processo de requalificação estão descritas abaixo:

Justificativas	Nº de produtores	%*
1. Área de passivo significativa em relação à área total da propriedade	28	31%
2. Melhores áreas de pastagens dentro da área de passivo	21	23%
3. Plantio de cacau dentro da área de passivo	10	11%
4. Venda da propriedade	5	5%
5. Intenção de abandonar a pecuária	3	3%
6. Pouco gado na propriedade	3	3%
7. Benfeitorias construídas na área de passivo	2	2%
8. Demanda por recompor passivo em outra área da propriedade	2	2%
9. Produtor não reconhece a área do passivo	2	2%
10. Alegação de área aberta antes de 2008	1	1%
11. Desmatamento realizado por proprietário anterior	1	1%
12. Desmatamento incentivado no passado para fazer financiamento	1	1%
Resposta pendente/Indecisos	17	18%
Produtor desabilitado	8	8%
TOTAL	90	

Os dados mostram que **38% dos produtores** alegaram não terem aderido à requalificação por motivos que poderiam ser sanados caso fosse permitida a recomposição do passivo florestal em outra área da propriedade que não seja necessariamente a área do passivo original.

Esse resultado dá mais força aos esforços para que essa modalidade de recuperação de passivo seja aceita no programa de requalificação.

*A porcentagem soma mais de 100%, pois alguns pecuaristas reportaram mais de uma justificativa para a recusa na adesão.

Perfil dos produtores que aderiram à requalificação

Os produtores que aderiram à requalificação **apresentam perfis variados** no que diz respeito à estrutura fundiária, à composição da renda ao uso do solo. As áreas das propriedades variam de 22,9 ha a 53,9 ha, com médias de rebanho que vão de zero a 85 cabeças de gado. Essa diversidade indica que **não há um único perfil ideal** de produtor para adesão, mas sim que diferentes realidades podem ser incorporadas ao processo de requalificação, desde que exista apoio técnico e clareza quanto aos benefícios da intensificação e da diversificação produtiva.

O **tamanho do passivo ambiental** desses produtores varia entre 9,8 ha e 33,7 ha, com um percentual de passivo ambiental em relação à área da propriedade entre 20,76% e 71,24%. Esse dado é especialmente relevante porque reforça que mesmo produtores com alto percentual de passivo ambiental (como o produtor 3, com 71,24%) optaram pela requalificação. Isso sugere que a decisão não está apenas relacionada ao tamanho absoluto ou relativo do passivo, mas a fatores associados à orientação

Código do produtor	Área da propriedade (ha)	Tamanho do rebanho (nº de cabeças)	Área de passivo ambiental (ha)	Área de cacau (ha)	Área pastagem extensiva (ha)	Área pastagem intensiva (ha)	Renda cacau (R\$)	Renda pecuária (R\$)	% do passivo em relação à área da propriedade
01	48,14	7	17,1	5,28	28,38	5,40	0	0	35,52%
02	43,28	5	20,6	5,22	32,08	4,57	236.250	0	47,59%
03	22,88	8	16,3	2,32	18,89	0,00	183.750	52.200	71,24%
04	47,21	85	9,8	0,07	34,32	6,77	0	0	20,76%
05	53,9	35	3,7	8,50	42,42	0,00	0	0	62,52%
06	47,58	0	13,9	1,83	21,60	0,00	26.250	66.600	29,21%

técnica, à viabilidade de intensificação e à confiança nas estratégias de compensação e regularização ambiental propostas pelo programa.

Observa-se que, **entre os aderentes**, alguns produtores não têm renda pecuária registrada (valores zerados), enquanto outros têm rendas significativas provenientes do cacau ou da pecuária. Por exemplo, o produtor 5 tem 8,5 ha de cacau, sem renda da pecuária aparente, mas com

clara atuação na cadeia do cacau; a renda não foi registrada por se tratar de plantio ainda jovem, com menos de três anos.

Por outro lado, o produtor 2 tem renda exclusivamente pecuária. Esse contraste indica que a adesão não está restrita a propriedades que já possuem sistemas agroflorestais, e sim à possibilidade de reorganizar a estrutura da propriedade, com ou sem diversificação produtiva.

A **área média de pastagem** intensificada é expressiva para alguns produtores (por exemplo, 6,77 ha no caso do produtor 4), mostrando que em propriedades que já possuem sistemas intensificados de produção é possível liberar áreas para recomposição ambiental sem comprometer a atividade pecuária. Isso valida a tese de que a requalificação é viável quando associada à intensificação racional, mesmo em propriedades com limitações físicas de espaço.

Os dados mostram que a **adesão à requalificação** da pecuária está mais ligada a um conjunto de fatores técnico-produtivos e de confiança na proposta do programa do que a um perfil socioeconômico único. Estratégias que incluem apoio técnico personalizado, plano produtivo claro e articulação interinstitucional têm papel decisivo nesse processo. **O acompanhamento extensionista**, somado à capacidade de articulação com políticas públicas e apoio institucional, se mostra fundamental para que produtores com perfis diversos possam tomar decisões informadas, mesmo diante de desafios, como a restauração de grandes áreas de passivo ambiental.

Uma **característica marcante dos seis produtores que aderiram à requalificação** da pecuária no assentamento Tuerê é o histórico consolidado de relacionamento com a **Fundação Solidaridad**, alguns com mais de oito anos de parceria contínua com a organização. Essa relação de longa data foi fundamental para estabelecer confiança mútua, compreensão técnica e abertura ao diálogo sobre mudanças no uso da terra, especialmente em temas delicados como a restauração de passivo ambiental. O vínculo entre o extensionista e o produtor, construído ao longo do tempo com base na escuta ativa, visitas

regulares e apoio técnico personalizado, foi decisivo para o engajamento. Não se trata apenas de acesso à informação, mas da construção de uma relação de confiança que torna possível apresentar propostas de reestruturação produtiva que, à primeira vista, poderiam ser vistas como ameaçadoras à segurança econômica da família rural. Nesse sentido, o papel do extensionista **vai além da orientação técnica: ele atua como mediador entre políticas públicas, programas institucionais e realidades locais**, sendo peça central na viabilização de mudanças estruturais no território.



Influência do incentivo financeiro “Bônus Desbloqueia Já” no processo de engajamento dos produtores

Retorno ao campo para uma nova rodada de engajamento

Após a conclusão da primeira rodada de engajamento descrita nas seções anteriores deste relatório, observou-se que, apesar do esforço de mobilização realizado por meio de comunicação digital, encontros coletivos e visitas individuais, a adesão dos produtores ao processo de requalificação comercial permaneceu limitada. Dos produtores abordados individualmente durante o processo inicial, apenas seis confirmaram interesse em aderir ao processo de requalificação.

A análise das justificativas apresentadas pelos produtores indicou que grande parte da resistência estava associada à percepção de risco econômico decorrente da necessidade de restaurar áreas de passivo ambiental. Muitos produtores demonstraram receio de perder áreas produtivas de pastagem sem ter clareza da viabilidade econômica das alternativas propostas ou da possibilidade de acessar recursos para apoiar o processo de restauração.

Nesse contexto, com o início da implementação do incentivo financeiro denominado Bônus Desbloqueia Já, foi realizada uma nova rodada de visitas individuais aos produtores que anteriormente haviam negado adesão ou que permaneciam indecisos. O objetivo dessa segunda etapa de engajamento foi avaliar se a perspectiva de acesso ao incentivo financeiro poderia alterar a percepção de risco dos produtores e influenciar sua decisão quanto à adesão ao processo de requalificação comercial.

Paralelamente à implementação do bônus, também entrou em funcionamento no município o Núcleo de Atendimento ao Produtor (NAP), estrutura criada no âmbito da estratégia estadual de pecuária sustentável com o objetivo de centralizar serviços de apoio ao produtor rural. Os NAPs funcionam como pontos de apoio técnico e institucional onde os produtores podem acessar orientações sobre regularização ambiental, análise de passivos, encaminhamento de processos

de requalificação comercial, apoio para elaboração de diagnósticos e acesso a instrumentos de financiamento ou incentivos.

A presença do NAP no território representou um avanço importante na operacionalização da política pública, pois passou a oferecer um canal institucional claro para que os produtores pudessem dar encaminhamento aos processos de regularização. Dessa forma, tanto os produtores que aderiram na primeira rodada quanto aqueles que passaram a considerar a adesão na segunda rodada tiveram seus processos encaminhados por meio do NAP instalado no município.

O instrumento de incentivo: Bônus Desbloqueia Já

O Bônus Desbloqueia Já é **um instrumento de incentivo financeiro desenvolvido no âmbito da política estadual de pecuária sustentável do Pará, com o objetivo de apoiar produtores rurais que enfrentam restrições para comercialização de gado em razão de passivos ambientais registrados em suas propriedades.**

O mecanismo **foi concebido para reduzir as barreiras econômicas associadas ao processo de regularização ambiental e requalificação comercial**, oferecendo apoio financeiro para custear parte das adequações necessárias nas propriedades rurais. Entre os custos que podem ser apoiados pelo instrumento estão serviços técnicos, elaboração de diagnósticos ambientais, delimitação e isolamento de áreas de passivo ambiental, implantação de cercas e outras despesas relacionadas à adequação ambiental da propriedade.

Ao reduzir parte do custo inicial

associado ao processo de regularização, o bônus busca criar condições para



que produtores que atualmente se encontram bloqueados ou impedidos de acessar mercados formais da cadeia da carne possam iniciar um processo gradual de adequação e retornar à comercialização regular. Nesse sentido, o incentivo financeiro atua como um instrumento de mitigação de risco econômico para o produtor, especialmente para agricultores familiares que possuem menor

capacidade de investimento para arcar com os custos iniciais da regularização ambiental.

Resultados da nova rodada de engajamento após a apresentação do incentivo

A nova rodada de visitas individuais foi realizada com produtores que anteriormente haviam manifestado negativa ou indecisão quanto à adesão ao processo de requalificação comercial.

Durante essas visitas, os extensionistas apresentaram aos produtores as informações atualizadas sobre o funcionamento do Bônus Desbloqueia Já e discutiram novamente as possibilidades de adequação das propriedades.

Entre os produtores revisitados nessa etapa, sete optaram por iniciar o processo de requalificação comercial,

ainda que alguns tenham manifestado observações ou condicionantes relacionados à análise técnica de suas propriedades. Todos os casos foram encaminhados ao Núcleo de Atendimento ao Produtor (NAP) para análise técnica e formalização do processo.

Considerando o universo total de 143 produtores aptos à requalificação comercial identificados no assentamento Tuerê, é possível realizar uma comparação entre o cenário observado antes e após a introdução do incentivo financeiro.

Na primeira rodada de engajamento, seis produtores haviam confirmado adesão ao processo de requalificação, representando aproximadamente 4,2% do total de produtores aptos. Com a nova rodada de engajamento realizada após a apresentação do Bônus Desbloqueia Já, sete novos produtores iniciaram o processo de requalificação, elevando o número total de produtores aderentes para 13. Esse novo cenário representa uma taxa de adesão aproximada de 9,1% do universo total de produtores aptos à requalificação, mais que dobrando o número inicial de produtores que haviam iniciado o processo.

Embora o número absoluto ainda seja limitado quando comparado ao universo total de produtores elegíveis, o aumento observado indica que instrumentos de incentivo financeiro podem desempenhar papel relevante na redução das barreiras à adesão, especialmente quando combinados com estruturas institucionais de apoio técnico no território.

Os resultados observados nessa nova rodada de engajamento sugerem que a disponibilidade de um instrumento de

incentivo financeiro pode influenciar positivamente a disposição dos produtores em iniciar o processo de requalificação comercial.

Durante as visitas realizadas, ficou evidente que a percepção de risco econômico associada à restauração ambiental foi um dos principais fatores que levaram os produtores a rejeitar a adesão na primeira rodada de engajamento. A possibilidade de acessar recursos para apoiar parte dos custos iniciais da regularização contribuiu para reduzir essa percepção de risco, tornando o processo de requalificação mais plausível para alguns produtores.

Além do incentivo financeiro em si, a presença do Núcleo de Atendimento ao Produtor (NAP) no município também desempenhou papel relevante, ao oferecer um espaço institucional onde os produtores podem esclarecer dúvidas técnicas, validar informações cartográficas e dar encaminhamento formal aos seus processos de regularização.

Nesse sentido, o bônus e o NAP atuam de forma complementar: enquanto o primeiro reduz a barreira econômica

inicial, o segundo fornece o suporte técnico e institucional necessário para operacionalizar a adesão.

Apesar dos avanços observados, os resultados também indicam que a decisão dos produtores continua condicionada a fatores estruturais importantes, como o tamanho do passivo ambiental, a dependência da pecuária extensiva como principal fonte de renda e a viabilidade

técnica da reorganização produtiva das propriedades. Dessa forma, o Bônus Desbloqueia Já pode ser compreendido como um instrumento relevante para estimular a adesão inicial ao processo de requalificação, especialmente quando articulado com assistência técnica qualificada e estruturas institucionais de apoio no território.



Análise do perfil produtivo e econômico dos produtores: aderentes x não aderentes



A análise comparativa entre os perfis produtivos e econômicos dos produtores abordados no processo de engajamento permite identificar padrões relevantes associados à decisão de aderir ou não ao processo de requalificação comercial proposto pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará. Para essa análise, foram consideradas variáveis relacionadas ao uso da terra, estrutura produtiva e composição da renda das propriedades, incluindo área de cacau, renda proveniente

do cacau e da pecuária, tamanho do rebanho, área de pastagem extensiva, área de pastagem intensificada e dimensão do passivo ambiental.

Os dados indicam que, mesmo com o aumento do número de produtores que iniciaram o processo de requalificação após a segunda rodada de engajamento, alguns padrões estruturais continuam presentes entre os diferentes grupos de produtores.

De modo geral, os **produtores que decidiram aderir ao processo de requalificação apresentam menor área média de pastagem extensiva**, com aproximadamente 31,6 hectares, enquanto os produtores que optaram por não aderir possuem em média 50,6 hectares de pastagem extensiva. Esse dado reforça a hipótese de que **produtores com maior dependência de sistemas extensivos de produção pecuária tendem a perceber maior risco na redução de área produtiva associada à restauração de passivos ambientais**.

Além disso, observa-se que os **produtores aderentes apresentam maior nível de intensificação das pastagens**, com média de 1,28 hectare de pastagem intensificada, enquanto entre os produtores não aderentes essa média é de apenas 0,77 hectare. Esse padrão sugere que propriedades que já possuem alguma experiência com estratégias de intensificação produtiva podem apresentar

maior capacidade de reorganizar o uso da terra e compensar eventuais perdas de área produtiva decorrentes da restauração ambiental.

No que se refere à estrutura do rebanho, as diferenças entre os grupos são relativamente pequenas. Os produtores aderentes possuem em média 22,9 cabeças de gado, enquanto os que não aderiram apresentam média de 27,4 cabeças. Esse dado indica que o tamanho do rebanho, isoladamente, não parece ser um fator determinante na decisão de adesão ao processo de requalificação. A análise da composição da renda das propriedades também apresenta diferenças

relevantes entre os grupos. Entre os produtores que aderiram ao processo de requalificação, a renda proveniente da produção de cacau representa aproximadamente 71% da renda total, enquanto a pecuária responde por cerca de 29%. Já entre os produtores que não aderiram, a participação da pecuária na renda total é relativamente maior, representando 36% da renda, enquanto o cacau responde por 64%.

Esses dados reforçam a hipótese de que **produtores com maior diversificação produtiva e maior participação do cacau na renda total tendem a demonstrar maior abertura**

à requalificação, possivelmente porque possuem maior margem para reorganizar o uso da terra sem comprometer de forma significativa a renda familiar.

Adesão requalificação da pecuária	Área de cacau (ha)	Renda de cacau (R\$)	Tamanho de rebanho (# cabeças de gado)	Área de pastagem extensiva (ha)	Área de pastagem intensificada (ha)	Média de renda pecuária (R\$)	Renda cacau + pecuária (R\$)	% renda cacau	% renda pecuária	Média do passivo ambiental (ha)	% do passivo em relação à área da propriedade
Indeciso	4,58	450.648,88	22,73	52,76	2,02	69.887,50	520.534,38	87%	13%	19,8	32,13%
Não	43,28	116.117,00	27,44	50,65	0,77	64.095,00	180.212,00	64%	36%	29,2	44,06%
Sim	22,88	153.362,50	22,88	31,56	1,28	63.514,00	216.876,50	71%	29%	18,6	35,67%
Geral	47,21	145.899,52	23,39	48,25	0,97	61.846,34	207.745,86	70%	30%	27,3	42,46%

O grupo de produtores indecisos

apresenta características intermediárias entre os dois perfis. Esses produtores possuem uma renda total média significativamente mais elevada, alcançando aproximadamente R\$ 520 mil, com forte predominância da renda proveniente do cacau, que representa 87% da renda total. Esse perfil indica que, embora esses produtores apresentem menor dependência da pecuária, sua decisão de adesão pode estar associada a fatores como segurança jurídica, clareza sobre os limites das áreas de passivo ambiental ou definição mais precisa das estratégias de recomposição.

A variável relacionada ao passivo ambiental também revela diferenças importantes entre os grupos. Os

produtores que não aderiram ao processo de requalificação apresentam o maior valor médio de passivo ambiental absoluto, com cerca de 29,2 hectares, além de uma proporção média de passivo correspondente a 44% da área total da propriedade. Esse dado reforça a percepção de que passivos ambientais maiores podem representar um fator

significativo de resistência à adesão, especialmente quando implicam perda de áreas produtivas relevantes.

Entre os produtores que aderiram ao processo de requalificação, o passivo ambiental médio é de aproximadamente 18,6 hectares, valor consideravelmente menor em termos absolutos. Apesar disso, a proporção média de passivo em relação à área da propriedade permanece elevada, alcançando cerca de 35,7%. Esse resultado indica que a decisão de adesão não está necessariamente relacionada apenas à proporção relativa do passivo ambiental, mas também ao tamanho absoluto da área a ser restaurada e à viabilidade produtiva da propriedade após a reorganização do uso da terra.

De forma geral, os dados indicam que a decisão de adesão ao processo de requalificação comercial tende a estar associada a um conjunto de fatores estruturais, incluindo menor dependência da pecuária extensiva, maior presença de atividades produtivas alternativas, especialmente o cacau, e maior familiaridade com estratégias de intensificação produtiva.

Mesmo com a ampliação do número de produtores que iniciaram o processo de requalificação após a introdução do incentivo financeiro e da segunda rodada de engajamento, os padrões observados indicam que a adesão continua condicionada à capacidade das propriedades de reorganizar seus sistemas produtivos de forma economicamente viável diante das exigências de regularização ambiental.

Esses resultados reforçam a importância de estratégias de apoio técnico individualizado, construção de cenários produtivos e instrumentos de incentivo econômico capazes de reduzir a percepção de risco dos produtores durante o processo de transição para sistemas produtivos mais sustentáveis.

An aerial photograph of a dense tropical forest, showing a vast expanse of green foliage and tall trees. The forest appears to be a mix of different species, with varying shades of green and some taller, more slender trees visible. The overall scene is a lush, undisturbed natural landscape.

CAPÍTULO 2: ESTUDO DE ESCALA

1. Metodologia de trabalho

Para **definição dos territórios prioritários** para expansão e escala da requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará, este estudo adota uma abordagem de **análise de priorização multicritério**, integrando as variáveis consideradas importantes, considerando tanto a necessidade quanto o potencial de sucesso do Programa.

A **primeira etapa** da análise consiste na identificação das características consideradas relevantes e no levantamento de dados que as representem em forma de variáveis. As **etapas seguintes** consistem na definição dos pesos de cada variável, normalização e combinação das variáveis e componentes e, finalmente, na combinação dos componentes, resultando na priorização. Nesta análise, foi assumido um peso igual para todas as variáveis e componentes.

Para este estudo, **foram levantadas 11 variáveis**, que são descritas na Tabela 1 e apresentadas nas Figuras 1 a 5. Essas variáveis foram agrupadas em três componentes, os quais são descritos no tópico 2.1. *Territórios prioritários* e estão representados nas Figuras 6, 7 e 8.

Após a definição dos territórios, foram identificados os atores-chave para a implementação local do Programa, a qual é apresentada no tópico 2.2. *Parcerias*.

2. O Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS) é uma iniciativa do Governo do Estado do Pará, realizada em parceria com seus órgãos integrados e apoiada por entidades privadas, organizações do terceiro setor e instituições de pesquisa. Mais informações em <https://www.semam.pa.gov.br/diretorias/meteorologia-e-hidrologia/programas-e-projetos/programa-territorios-sustentaveis/>.

Variável	Descrição	Fonte	Figura
i. Componente <i>Cadeia da Pecuária</i>			6
Rebanho bovino por município	Número de cabeças de gado bovino produzido pela agricultura familiar no município	Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2024)	1
Número de estabelecimentos da agricultura familiar com pecuária	Número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar com produção de pecuária no município	Censo Agropecuário (IBGE, 2017)	2
Localização dos frigoríficos	Número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar com produção de pecuária no município	SIF e SIE Imaflora	1 e 2
ADEPARÁ Escritórios regionais	Municípios com escritório regional da ADEPARÁ	Website da ADEPARÁ	1 e 2
i. Componente <i>Arranjo Institucional</i>			7
Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis ²	Municípios abrangidos pela Política Integrada Territórios Sustentáveis	SEMAM PARÁ	1 a 4
SENAR – AteG Cria	Municípios com atuação do SENAR por meio do AteG Cria	EMATER	4
EMATER	Município com escritório sede da EMATER-PA	SENAR	4
Escritórios Verdes	Municípios atendidos pelos Escritórios Verdes da JBS	Escritórios Verdes-JBS	3
Iniciativas locais da pecuária	Número de iniciativas locais de ONGs e empresas nos municípios	Dossiê TNC 2025, CIRAD Rio Capim	3
Cooperativas do Sistema OCB	Municípios com presença de cooperativas de pecuária registrada no sistema OCB	OCB	3
i. Componente <i>Arranjo Institucional</i>			8
Passivos de até 30% da área total da propriedade	Número de imóveis rurais (CARs) da agricultura familiar (até 4 Módulos Fiscais) com passivo ambiental (desmatamento após 2008) representando até 30% da área da propriedade rural	Elaborado por Solidaridad, com base em PRODES (2024) e SICAR (2025)	5

REBANHO BOVINO

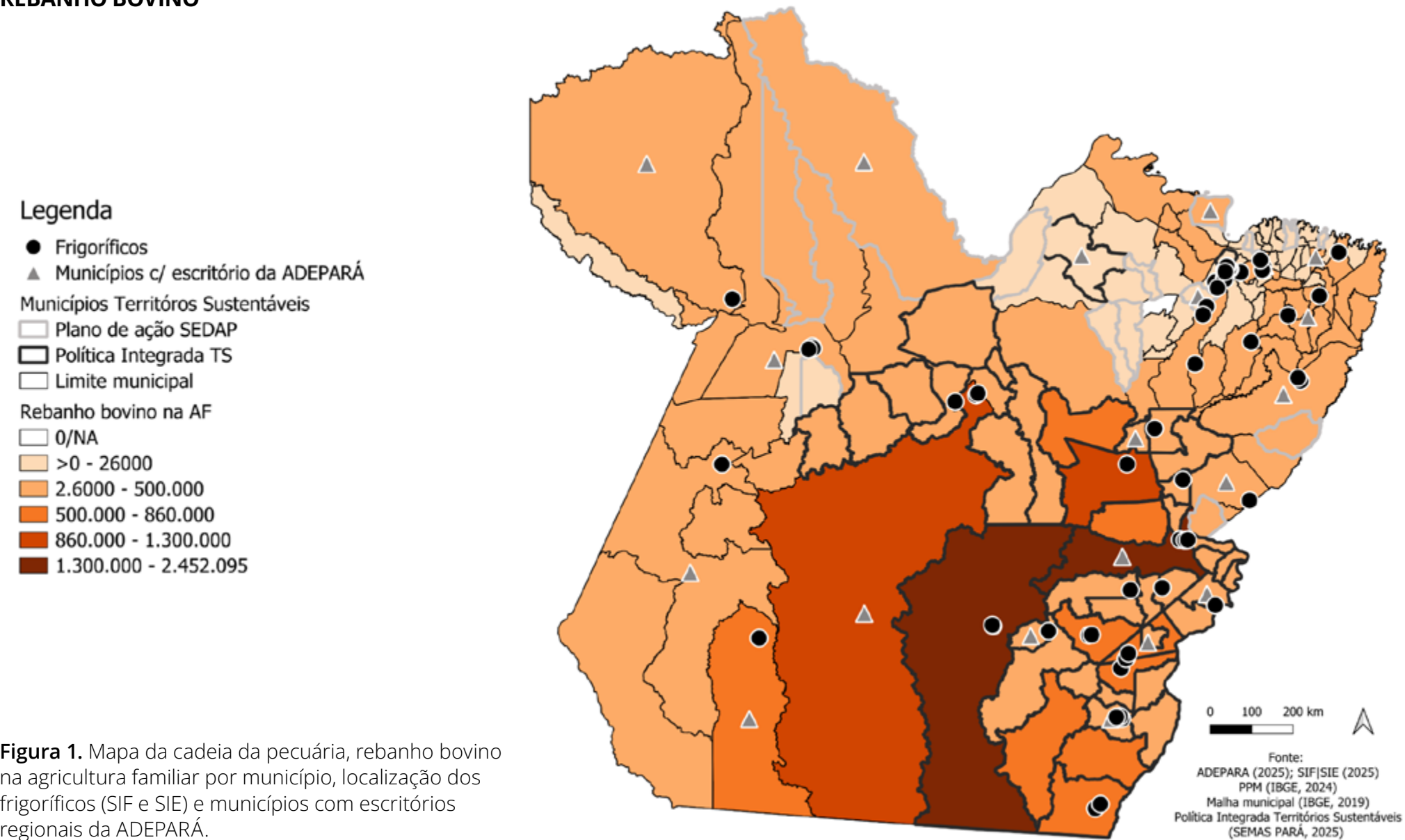


Figura 1. Mapa da cadeia da pecuária, rebanho bovino na agricultura familiar por município, localização dos frigoríficos (SIF e SIE) e municípios com escritórios regionais da ADEPARÁ.

ESTABELECIMENTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR

Legenda

- Frigoríficos
- ▲ Municípios c/ escritório da ADEPARÁ
- Municípios Territórios Sustentáveis
 - Plano de ação SEDAP
 - Política Integrada TS
 - Limite municipal
- Estabelecimentos AF c/ pecuária
 - 0/NA
 - 1 - 52000
 - 52000 - 96000
 - 96000 - 150500
 - 150500 - 226500
 - 226500 - 371686

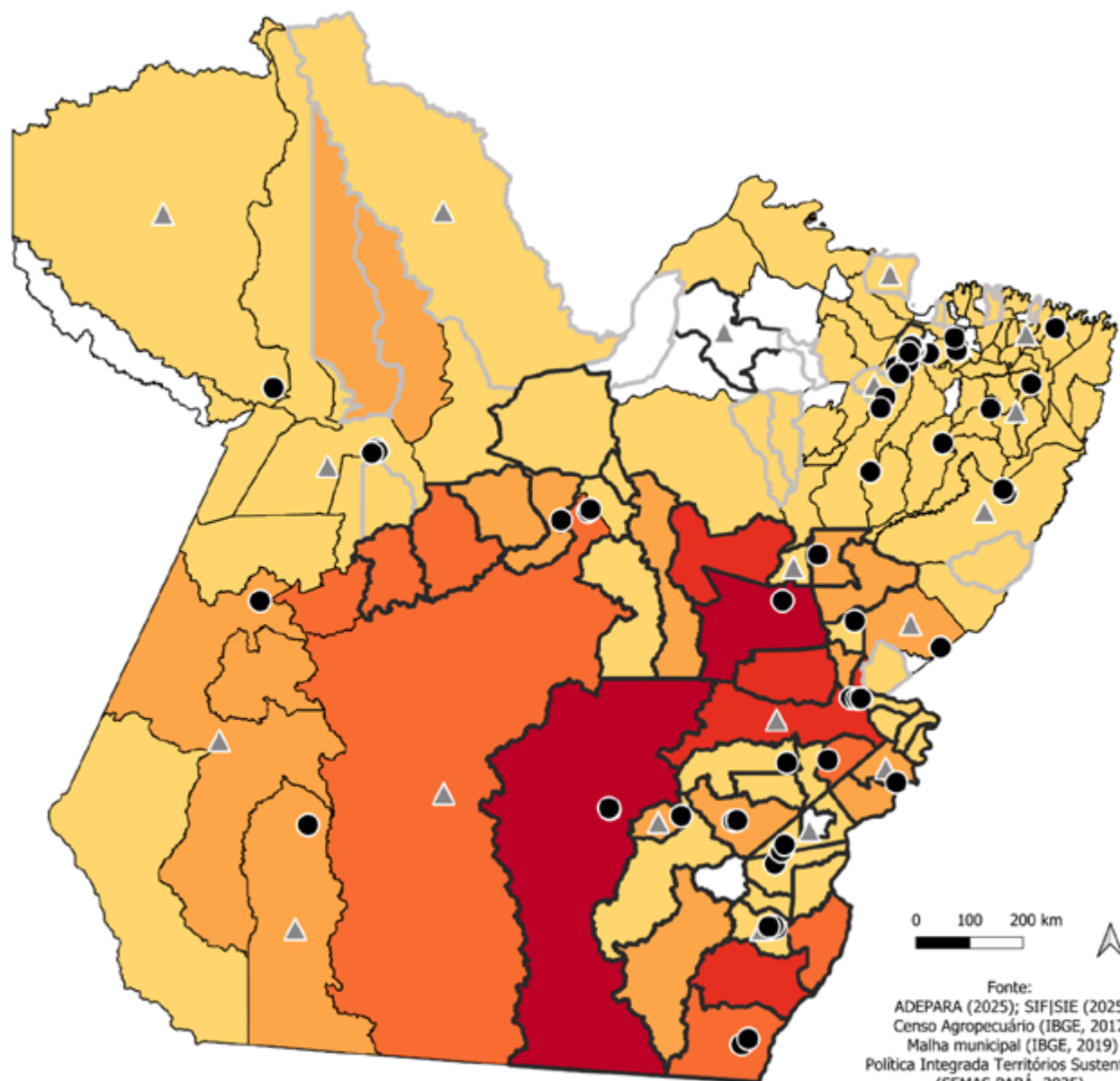


Figura 2. Mapa do arranjo institucional, municípios atendidos e municípios com sede dos Escritórios Verdes, municípios com cooperativas de pecuária, número de cooperativas por município, iniciativas da pecuária em cada município.

Legenda

▲ ATEG Cria SENAR

● Sede Regional EMATER

Municípios Territórios Sustentáveis

□ Plano de ação SEDAP

□ Política Integrada TS

□ Limite municipal

Regional EMATER

Altamira

Capanema

Castanhal

Conceição do Araguaia

Ilhas

Marabá

Marajó

Médio Amazonas

Santarém

São Miguel do Guamá

Tapajós

Tocantins

Unidade Didática Agroecológica - UDB

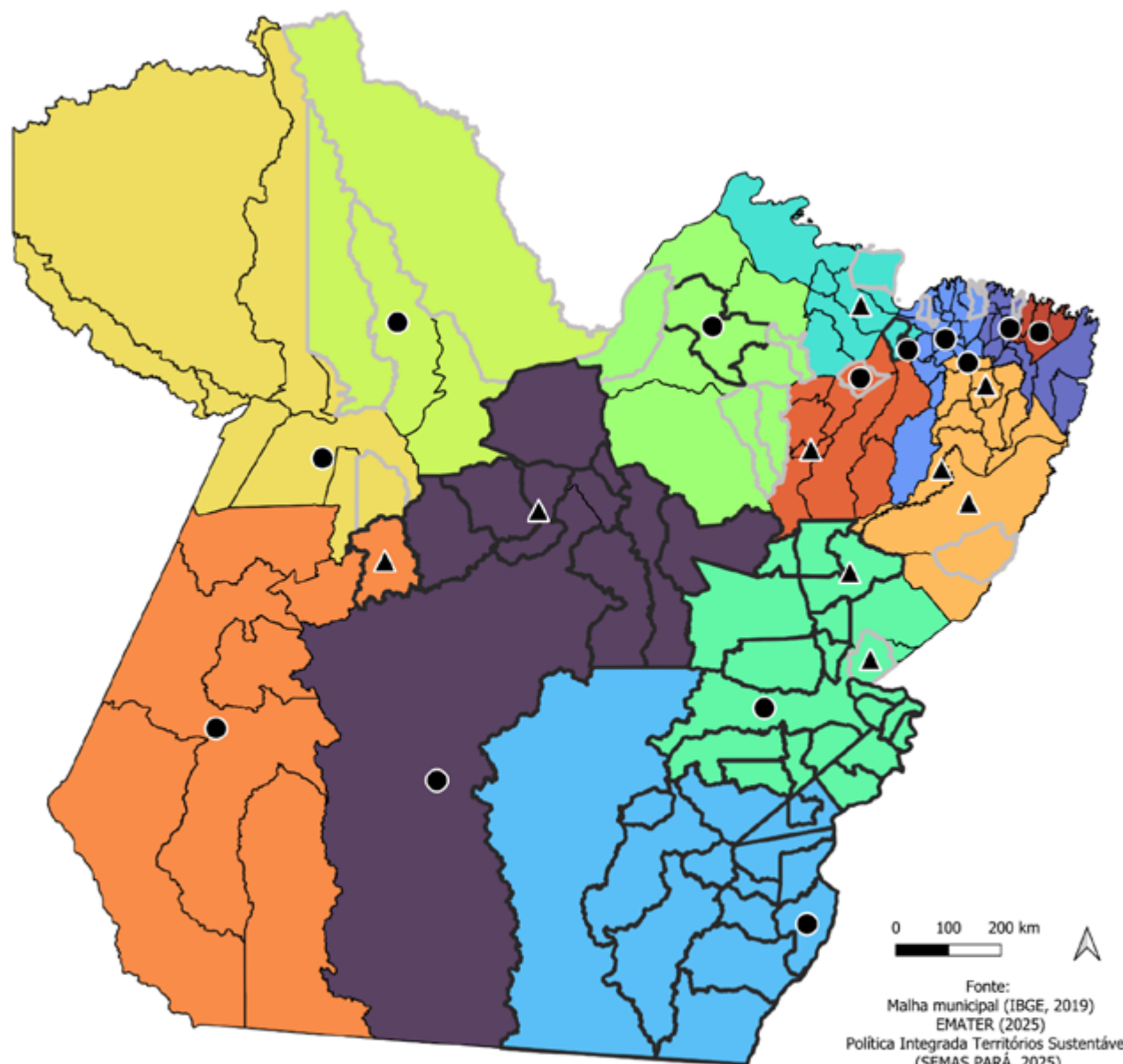


Figura 3. Mapa da rede de ATER pública, municípios atendidos com atuação da ATEG Cria do SENAR, municípios com sede regional da EMATER e municípios atendidos por regional da EMATER.

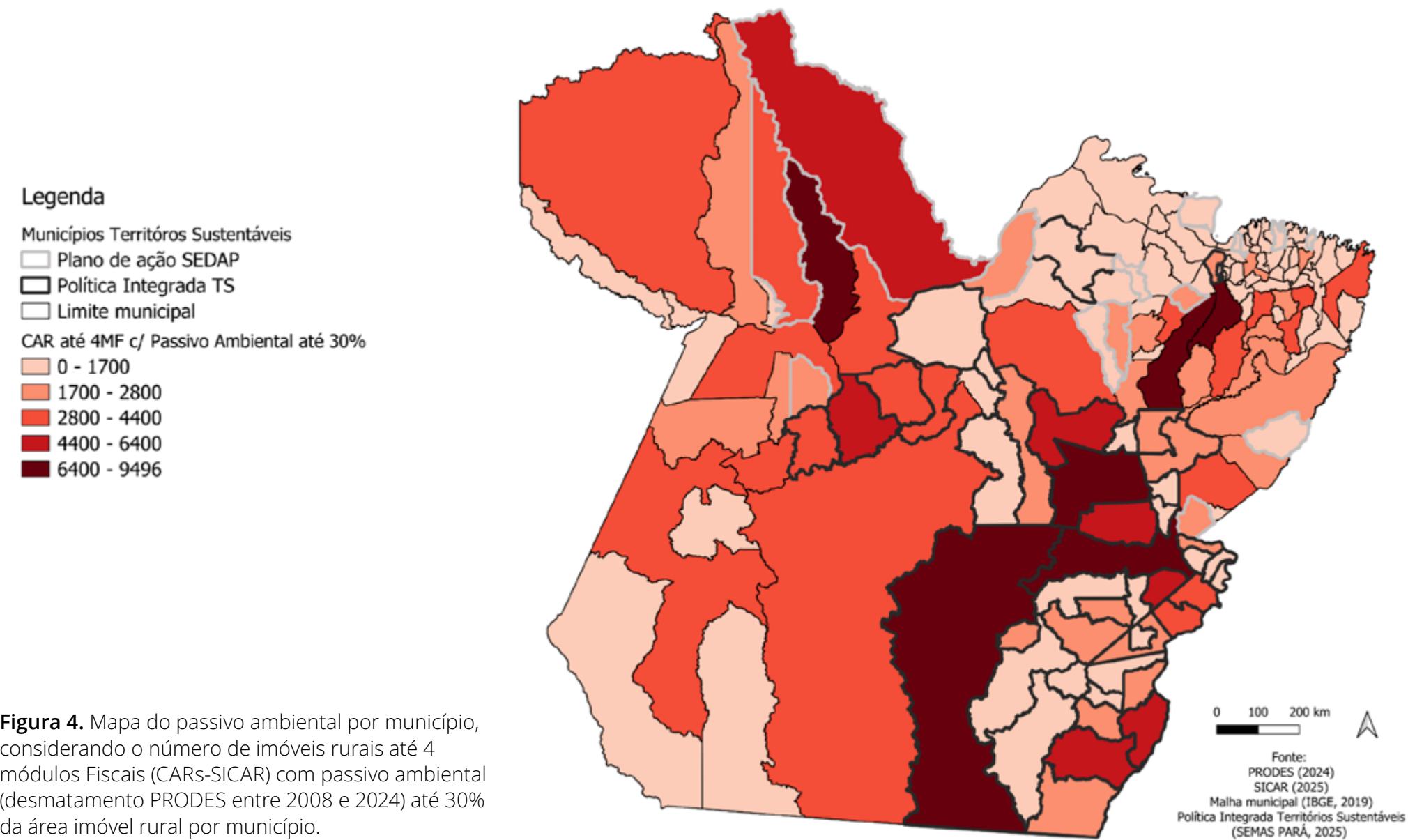


Figura 4. Mapa do passivo ambiental por município, considerando o número de imóveis rurais até 4 módulos Fiscais (CARs-SICAR) com passivo ambiental (desmatamento PRODES entre 2008 e 2024) até 30% da área imóvel rural por município.

Arranjo Institucional

Legenda

- Limite municipal
- Municípios atendidos Escritórios Verdes
- ◆ Municípios c/ Sede Escritórios Verdes
- ▨ Municípios c/ cooperativas de pecuária

Municípios Territórios Sustentáveis

□ Plano de ação SEDAP

□ Política Integrada TS

Número de Iniciativas da Pecuária

- 1
- 2
- 3
- 4

Iniciativas da Pecuária

- 1 Amigos da Terra
- 2 IDH - Bezerros Sustentáveis
- 3 Adepará/TNC - Coord. da Rastreabilidade
- 4 Solidaridad - Programa Amazônia
- 5 Escritórios Verdes
- 6 TNC, IDH e SEMAS - NAP
- 7 CIRAD
- 8 TNC - Desbloqueia Já
- 9 Rio Campim

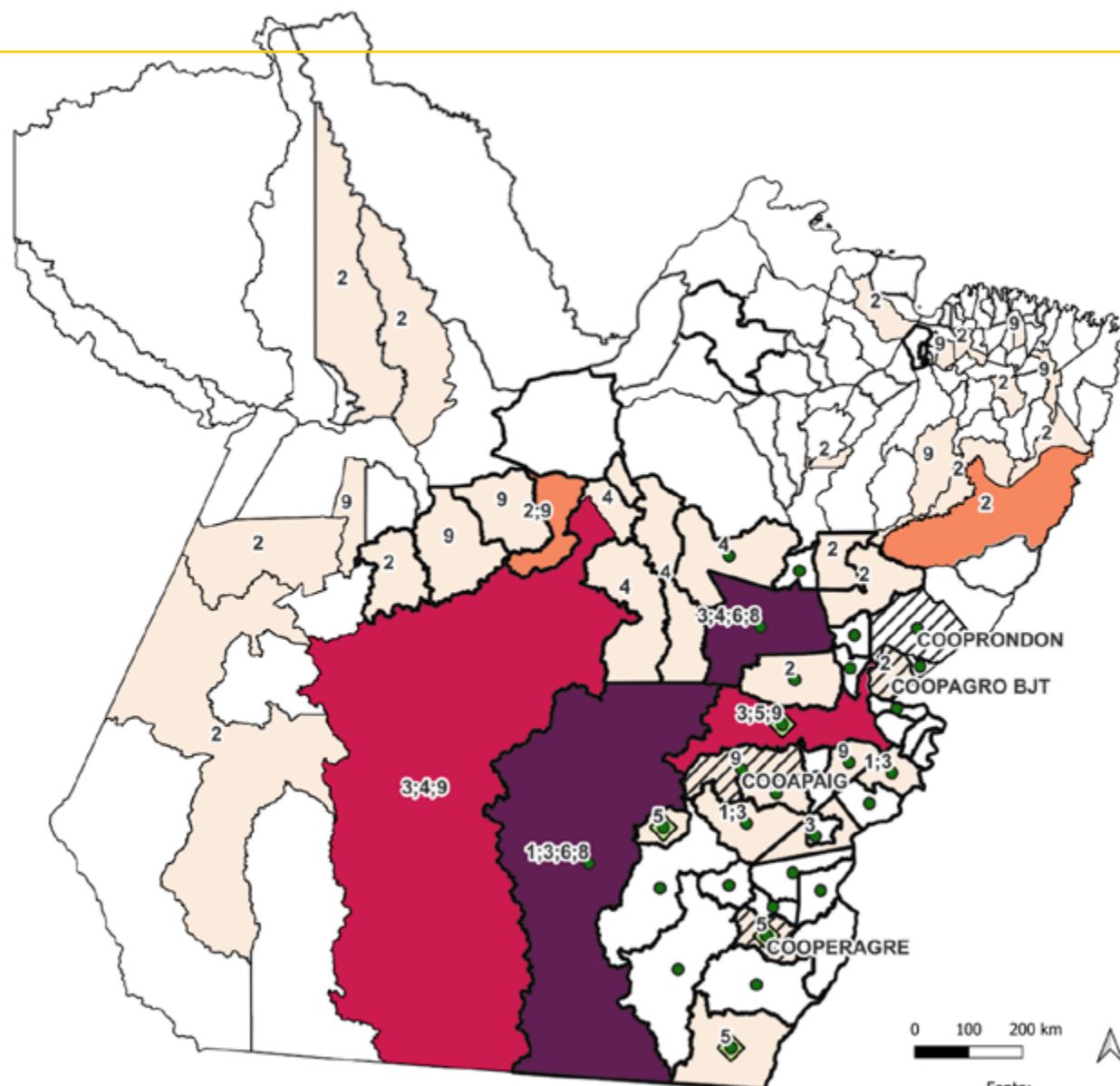


Figura 5. Mapa do arranjo institucional, municípios atendidos e municípios com sede dos Escritórios Verdes, municípios com cooperativas de pecuária, número de cooperativas por município, iniciativas de pecuária em cada município.

Fonte:
PRODES (2024)
SICAR (2025)
Malha municipal (IBGE, 2019)
Política Integrada Territórios Sustentáveis
(SEMAS PARÁ, 2025)

2. Resultados

2.1. Territórios prioritários

2.1.1. Prioridade por componente

A partir da combinação das variáveis levantadas em três componentes (ver Tabela 1): **i. Cadeia da Pecuária, ii. Arranjo Institucional e iii. Passivo Ambiental**, foi realizada a priorização dos municípios para cada um dos componentes. O resultado é apresentado por meio de mapas, nos quais a prioridade é definida em uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a prioridade do município. Os intervalos dos valores foram definidos por quebras naturais.

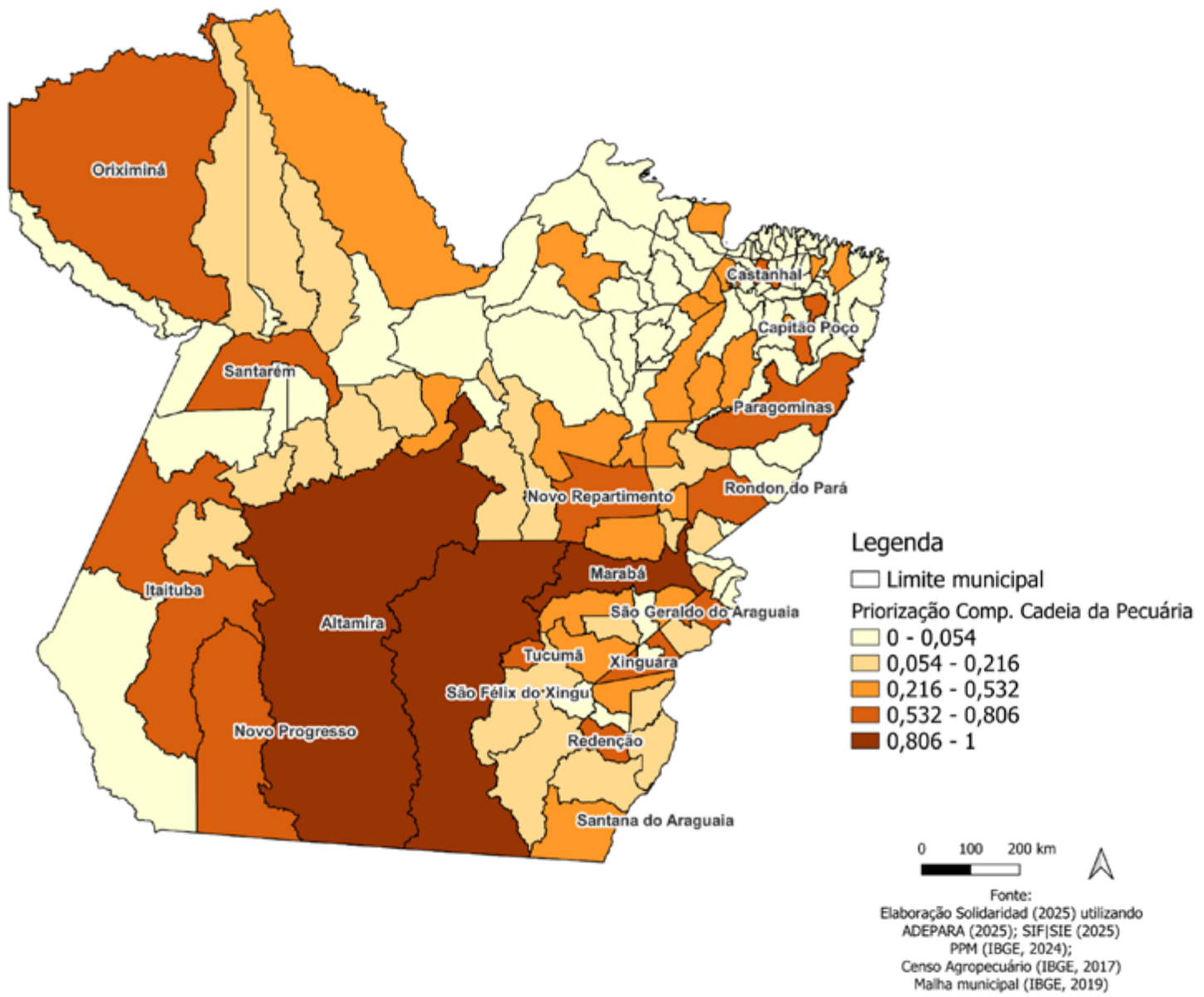


Componente

I. CADEIA DA PECUÁRIA

Indica os municípios prioritários com base nas variáveis que refletem a relevância da agricultura familiar para a cadeia da pecuária. Destacam-se os municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Marabá com a maior prioridade para a cadeia da pecuária. Outros 13 municípios foram classificados como prioridade 2, sendo eles, em ordem decrescente de prioridade: Tucumã, Itaituba, Rondon do Pará, Xinguara, São Geraldo do Araguaia, Novo Repartimento, Redenção, Paragominas, Oriximiná, Santarém, Capitão Poço, Castanhal e Santana do Araguaia.

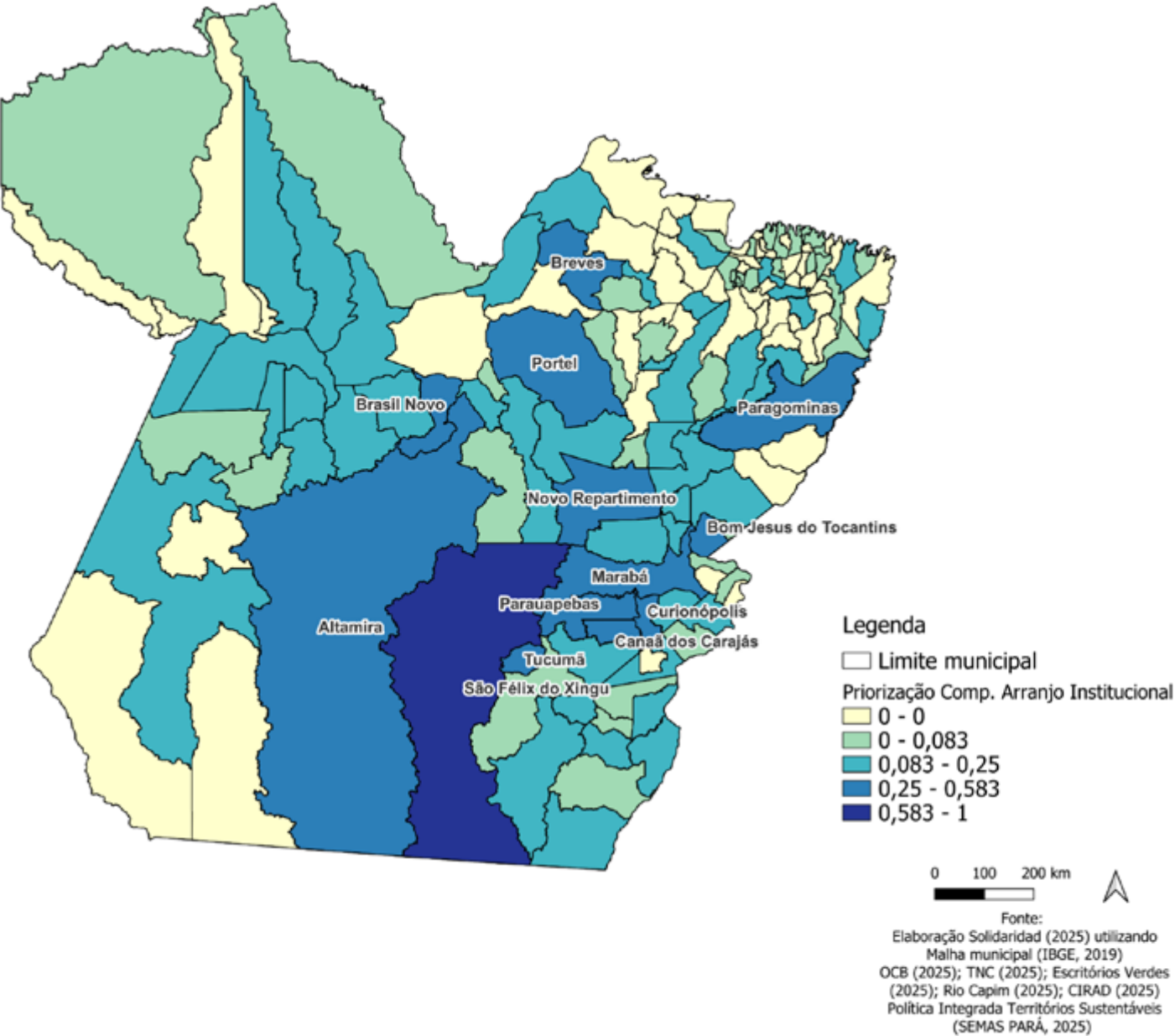
Figura 6. Componente Cadeia da Pecuária. Indica os municípios prioritários com base nas variáveis que refletem a relevância da agricultura familiar para a cadeia da pecuária.



II. ARRANJO INSTITUCIONAL

Indica a capacidade instalada nos municípios, em relação à presença de iniciativas locais de ONGs e empresas que podem potencializar, atuar como parceiras e dar suporte à implementação do programa de requalificação comercial da pecuária. São Félix do Xingu é o único município que aparece com prioridade 1, enquanto outros 12 municípios possuem prioridade 2, sendo eles, em ordem de prioridade: Canaã do Carajás, Marabá, Novo Repartimento, Portel, Curionópolis, Tucumã, Bom Jesus do Tocantins, Brasil Novo, Breves, Altamira, Paragominas e Parauapebas.

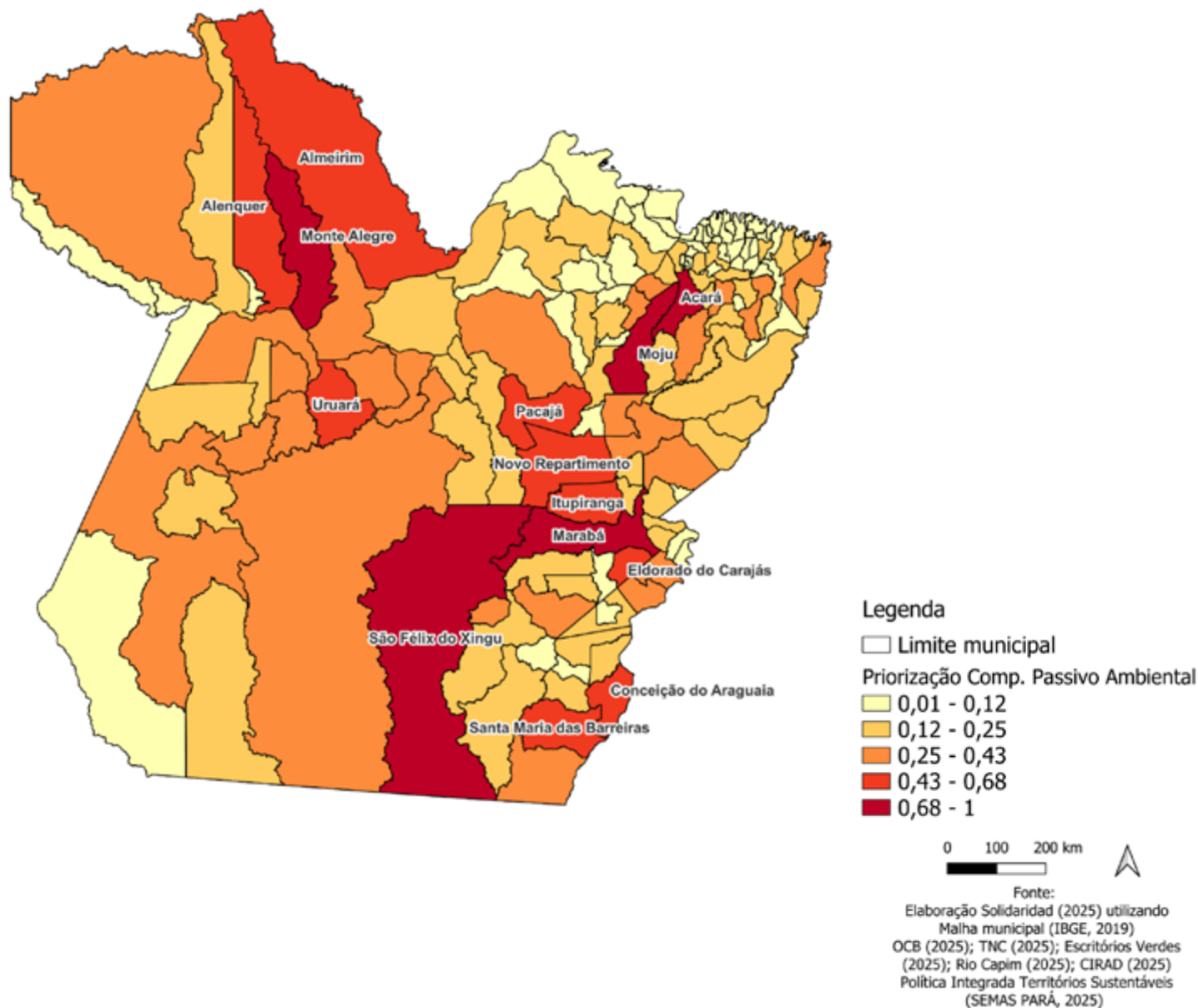
Figura 7. Componente Arranjo Institucional. Indica a capacidade instalada nos municípios em relação à presença de iniciativas locais de ONGs e empresas.



III. PASSIVO AMBIENTAL

Indicativo de presença de público-alvo com maior potencial de adesão ao programa de requalificação, considerando que propriedades rurais com passivos ambientais menores possuem maior probabilidade de engajamento no programa de requalificação. Cinco municípios possuem prioridade 1 de acordo com este componente, sendo eles: Moju, Marabá, Monte Alegre, Acará e São Félix do Xingu. Outros nove municípios possuem prioridade 2, em ordem: Novo Repartimento, Pacajá, Almeirim, Eldorado do Carajás, Uruará, Santa Maria das Barreiras, Itupiranga e Alenquer.

Figura 8. Componente Passivo Ambiental. Indica a presença de público-alvo com maior potencial de adesão ao programa de requalificação, a partir do número de CARs por município com passivo ambiental pós-2008, representando até 30% da propriedade rural.



2.1.2. Priorização final | Municípios prioritários

Priorização para a escalabilidade da requalificação comercial

A priorização final dos municípios para o ganho de escala da requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará, foi gerada a partir da combinação dos três componentes. Os municípios com maior prioridade são:

São Félix do Xingu, Marabá e Novo

Repartimento (Figura 9). Outros 21 municípios possuem prioridade 2 para o ganho de escala.

Figura 9. Mapa de priorização para o ganho de escala da requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará. Os municípios foram classificados em 5 níveis de prioridade (P1 a P5), sendo P1 a maior prioridade. A priorização foi realizada a partir da combinação de 11 variáveis, combinadas em três componentes: i. Cadeia da Pecuária, ii. Arranjo Institucional e iii. Passivo Ambiental.

Legenda

□ Limite municipal

Priorização Requalificação da Pecuária

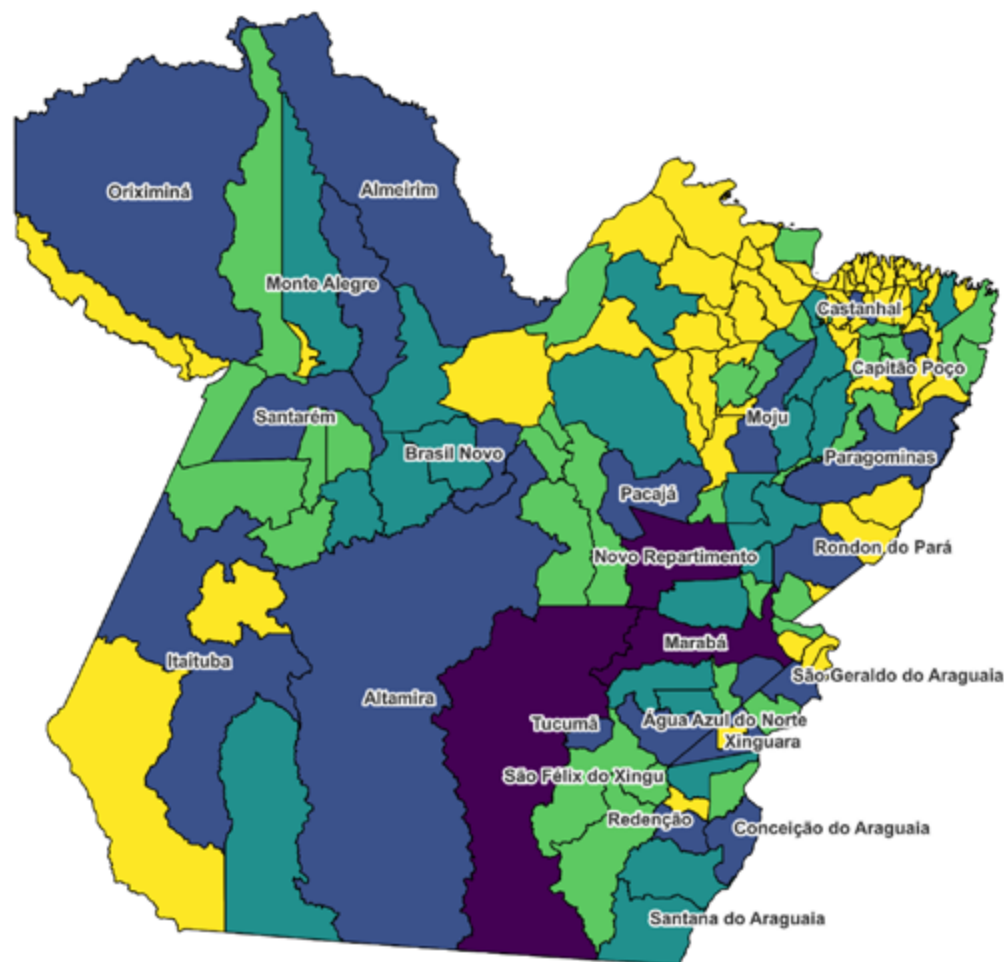
0,01 - 0,26 - P5

0,26 - 0,58 - P4

0,58 - 0,98 - P3

0,98 - 1,56 - P2

1,56 - 2,75 - P1



0 100 200 km

Fonte:
Malha municipal (IBGE, 2019)
Análise própria Solidaridad (2025)

2.2. Parcerias

2.2.1. Identificação de atores-chave

A **construção de uma estratégia robusta** para a requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará **exige o engajamento de diversos atores** que, direta ou indiretamente, influenciam o funcionamento da cadeia produtiva, a assistência técnica, o acesso a mercados e a implementação de políticas públicas. Esta seção apresenta um mapeamento preliminar dos principais atores públicos, privados e da sociedade civil que atuam nos territórios prioritários ou que possuem instrumentos, programas ou capacidades relevantes para apoiar o processo de requalificação.

O **reconhecimento e a articulação desses atores** são essenciais para criar sinergias, ampliar a capilaridade das ações e garantir que os pecuaristas familiares tenham acesso às orientações, aos incentivos e às estruturas necessárias para adequar seus sistemas produtivos e comerciais às exigências de sustentabilidade e legalidade. A seguir, são listadas organizações e instituições que poderão contribuir para o desenho e a implementação coordenada do Programa.

Atores públicos	Atores privados	Atores da sociedade civil
EMATER	Frigoríficos	Fundação Solidaridad
SENAR	Escritórios Verdes	TNC
ANATER	Produzindo Certo	IDH
Secretarias municipais	Violet	Amigos da Terra
Adepará	Agrotools	CIRAD
SEMAS	Niceplanet (PRIMI e SIFLOR)	
	Cooperativas	

2.2.2. Parceiros da requalificação

A partir da identificação dos atores-chave, foi possível selecionar aqueles com maior potencial de contribuir diretamente para a ampliação e efetividade da requalificação comercial proposta.

Esses parceiros estratégicos reúnem capacidades técnicas, institucionais e territoriais que podem acelerar a disseminação de informações, fortalecer a orientação aos pecuaristas familiares e viabilizar a implementação coordenada das ações de requalificação.

A articulação com esses parceiros permitirá criar uma rede de apoio capilarizada, capaz de integrar esforços entre setores público, privado e sociedade civil. Os parceiros da requalificação deverão ser integrados ao programa tornando-se atores de disseminação de informações e orientação do processo de requalificação comercial para pecuaristas familiares:

- *Frigoríficos (com foco em fornecedores de nível 1 e 2);*
- *Escritórios Verdes;*
- *SENAR – AteG Cria;*
- *Secretarias municipais;*
- *Iniciativas locais;*
- *NAPs.*

Esse grupo deve **integrar esforços de assistência técnica** com serviços de regularização ambiental e fundiária, mecanismos de acesso a crédito rural verde, programas de compra institucional, capacitação jurídica, interlocução com frigoríficos e cooperativas, além de estratégias de comunicação para combater desinformações que têm afetado negativamente a adesão.

A **atuação conjunta** dos parceiros da requalificação possibilitaria um ambiente mais favorável à tomada de decisão dos pecuaristas, com maior segurança, incentivo e apoio prático à implementação das mudanças necessárias. Tal arranjo institucional ampliaria a escala e a profundidade da política pública, consolidando um modelo replicável de requalificação da pecuária familiar com responsabilidade social, econômica e ambiental.

2.3. Recomendações para escala

Mobilização da rede de parcerias e *call to action*

- Estabelecer uma estrutura de governança para a rede de parcerias.
- Criar pacote de materiais de comunicação destinado aos parceiros.
- Workshop on-line com representantes de todos os atores-chave sobre a requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do Pará, resultados do estudo de escala e convocatória para ação.
- Capacitações específicas com equipe técnica do SENAR com foco nos municípios do AteG Cria.
- Identificação das Secretarias municipais estratégicas e capacitações específicas com equipes técnicas.

Colaboração com os NAPs

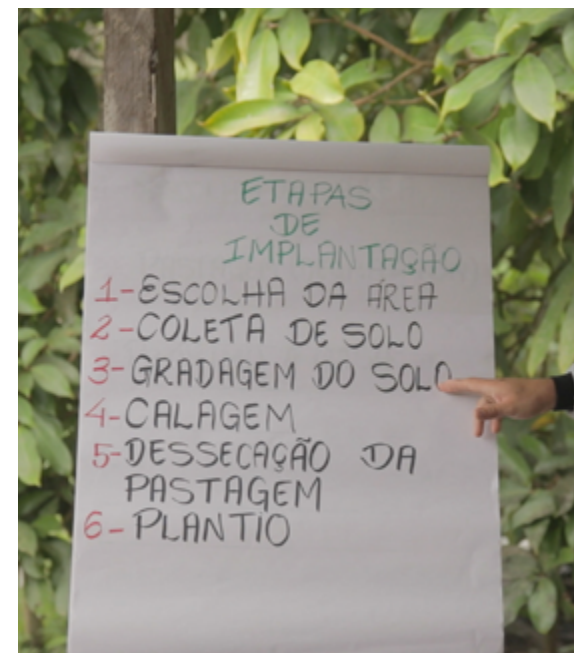
Desenvolver plano de trabalho para a escala do Programa de Requalificação em parceria com IDH e TNC para os NAPs de Novo Repartimento e São Félix do Xingu.

Análises econômicas

Desenvolver análises econômicas com os cenários de mudanças do uso do solo das propriedades após o isolamento das áreas de passivos, para subsidiar a tomada de decisão dos pecuaristas em relação ao Programa de Requalificação.

Incentivos

Considerar o oferecimento de incentivos adicionais para adesão ao Programa, com base nas baixas taxas verificadas no **Relatório de engajamento de famílias produtoras.**



An aerial photograph showing a group of approximately 25 people standing in a large circle on a dry, grassy field. The people are wearing various casual clothing, including hats and t-shirts. In the center of the circle, there are two small yellow bowls on the ground. The background shows a mix of dry grass and some small green plants. The overall scene suggests a community gathering or a training session in a rural setting.

CAPÍTULO 3: COMO DAR ESCALA AO ENGAJAMENTO?

1. Um esforço para além da estrutura de ATER



O **estado do Pará** possui uma das redes de ATER mais extensas da região Norte, composta por diferentes instituições públicas e privadas. A EMATER-PA atua em 136 municípios, com aproximadamente 230 escritórios e cerca de 600 técnicos.

Apesar da capilaridade, enfrenta restrições orçamentárias e déficit de pessoal especializado em pecuária sustentável.

As **Secretarias Municipais de Agricultura** estão presentes em quase todos os 144 municípios, porém muitas delas operam com apenas um ou dois técnicos, com atuação restrita e foco em programas pontuais.

Com o **objetivo** de utilizar esse aparato para catalisar o engajamento de produtores na requalificação comercial proposta pelo Programa Pecuária Sustentável do

Pará, faz-se necessário o levantamento da capacidade exata instalada nas Secretarias de Agriculturas dos municípios paraenses e da disponibilidade para integrar novas atribuições. O SENAR-PA atua com forte foco em capacitação coletiva e cursos curtos, com limitado acompanhamento técnico individualizado. Não tivemos acesso ao alcance exato do Programa ATEG, que se propõe a atender individualmente produtores familiares, mas devido à sua possível capilaridade, seria também um interessante aliado no esforço de engajamento das famílias nas ações do Programa.

A EMATER-PA atende atualmente cerca de 20% dos produtores de forma contínua (cerca de 14 mil famílias). As Secretarias municipais e o SENAR-PA apresentam capacidade limitada para expandir sem reforço estrutural.

Além do aumento quantitativo, os técnicos precisam de formação em legislação ambiental, economia rural, comunicação e rastreabilidade. O fortalecimento da frota e da conectividade rural é essencial para garantir o alcance territorial e a eficácia do engajamento.



Também é importante ressaltar que a atuação dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, especialmente, o trabalho direto do extensionista são fundamentais para promover o engajamento dos pecuaristas familiares no Programa Pecuária Sustentável do Pará. **O extensionista é o elo de confiança entre a política pública e o produtor**, sendo responsável por traduzir informações técnicas, orientar sobre as exigências ambientais e construir

caminhos viáveis para a adesão gradual a práticas de baixa emissão e rastreabilidade. Para ampliar o alcance e otimizar recursos, novos arranjos institucionais podem fortalecer ainda mais essa estratégia. Um exemplo é o modelo dos Núcleos de Atendimento ao Produtor (NAPs), proposto por IDH e a The Nature Conservancy (TNC), que reúne assistência técnica, serviços de regularização ambiental, acesso a crédito e suporte gerencial em um único ponto de apoio regional. Esses arranjos inovadores

podem complementar a atuação tradicional da ATER, criar sinergias locais e acelerar a transição para uma pecuária mais sustentável e competitiva no Pará.

O “Estudo de escala”, que acompanha o “Relatório de engajamento de famílias produtoras”, discutirá com mais profundidade os caminhos para a expansão do programa no estado do Pará.

2. Considerações finais

Pontos de atenção



1. Desinformação

A desinformação propagada por grupos políticos contrários à política pública tem influência significativa na adesão de parte dos produtores.



2. Assertividade

Para uma maior eficiência dos encontros coletivos, faz-se necessário que os facilitadores dominem totalmente os meandros da política pública para que possam sanar todas as dúvidas que surgirem sobre o processo de requalificação de maneira assertiva e de fácil entendimento.



3. Passivo

O tamanho dos passivos tem sido o principal impeditivo para a adesão dos produtores ao processo de requalificação até o momento.



4. Cenários econômicos

Foi identificada a necessidade de se construir cenários econômicos de fluxo de caixa para serem apresentados nos encontros coletivos, para que os produtores visualizem o possível impacto econômico da perda de áreas de pastagens e possíveis alternativas produtivas a isso.



5. Tamanho da propriedade

Foi observada a vontade de muitos produtores de aderir ao processo de requalificação. No entanto, a sensação de “perda” de parte significativa da propriedade tem sido fundamental para a não adesão até o momento.



6. Venda direta

Foi observado que a narrativa de que os produtores que se requalificassem poderiam se beneficiar do arranjo de venda direta para os frigoríficos não surtiu efeito na tomada de decisão positiva dos produtores. Isso muito provavelmente pelo fato de que, na percepção dos pecuaristas, o acesso aos frigoríficos não representa, por si só, um benefício econômico

suficientemente claro ou imediato para justificar os investimentos, os riscos e o esforço necessários para a regularização. A comercialização por meio de intermediários já atende à necessidade de escoamento da produção, reduzindo a atratividade da promessa de acesso ao mercado formal como principal incentivo à adesão.



7. Fatores estruturais

Mesmo com a introdução de incentivos financeiros, a decisão dos produtores continua fortemente condicionada a fatores estruturais, especialmente o tamanho do passivo ambiental em termos absolutos, a dependência da pecuária extensiva como principal fonte de renda e a disponibilidade de alternativas produtivas viáveis dentro da propriedade.

Conclusões



1. Ações integradas

A metodologia com ações integradas para o engajamento dos produtores se mostrou acertada, uma vez que somente as peças de comunicação se mostraram insuficientes para o completo entendimento do Programa pelos produtores.



2. Bônus Desbloqueia Já

A introdução de instrumentos de incentivo financeiro, como o Bônus Desbloqueia Já, mostrou potencial para reduzir parte das barreiras econômicas percebidas pelos produtores no processo de requalificação comercial. A possibilidade de acesso a recursos para apoiar custos iniciais de regularização ambiental contribuiu para aumentar a disposição de alguns produtores em iniciar o processo.



3. Arranjos consorciados

A formação de arranjos consorciados regionais foram efetivos para otimizar a infraestrutura e reduzir custos.



4. Consolidação

Pode-se concluir que o avanço da política de requalificação comercial da pecuária no estado do Pará dependerá não apenas da ampliação da assistência técnica, mas também da consolidação de instrumentos de incentivo econômico e de estruturas territoriais de apoio capazes de acompanhar os produtores ao longo do processo de adequação ambiental e produtiva.

Solidaridad

APOIO:



PARCERIA:

